

Envelhecer na Emergência Climática: desafios da comunicação de riscos voltada à população idosa

Nilthon Fernandes

Introdução

A principal manifestação do agravamento da emergência climática está materializada na frequência e intensidade dos eventos extremos e, consequentemente, resultado em desastres, como secas e estiagens prolongadas, enchentes e inundações, ondas de frio e de calor e deslizamentos de terra. Essas ocorrências afetam comunidades de forma desigual, evidenciando a situação de vulnerabilidade de determinados grupos sociais. Entre esses grupos, a população idosa merece destaque especial, tanto pelo fato de estar mais exposta aos impactos adversos dos desastres quanto por ser esquecida ou invisibilizada nos processos, ações e programas de gestão de riscos de desastres (GRD).

Paralelamente, o mundo vivencia um processo acelerado de transição demográfica. Segundo informações do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2024), em 2050, teremos cerca de 2,1 bilhões de pessoas com 60 anos ou mais, sendo a maioria residente em países de baixa e média renda. O Brasil acompanha essa tendência: o censo de 2022 apontou um crescimento de 57,4% no número de pessoas com 65 anos ou mais em apenas 12 anos, totalizando mais de 32 milhões de brasileiros (IBGE, 2023).

Diante desse duplo cenário – a intensificação dos desastres e o envelhecimento populacional – surge a necessidade de integrar a população idosa às políticas de resiliência climática por meio de uma comunicação de riscos acessível, inclusiva e eficaz. Deve-se mencionar que a resiliência pode ser entendida como a “capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade que enfrenta riscos de resistir, absorver, adaptar-se e se recuperar rapidamente dos impactos de um perigo, fazendo isso de maneira eficaz, como, por exemplo, preservando e restaurando suas estruturas fundamentais e funções essenciais” (UNISDR, 2012, online).

Colocado desta forma, o presente artigo tem como objeto de estudo o papel da comunicação de risco na interseção envelhecimento e emergência climática, com objetivo de identificar a presença da população idosa como público-alvo de campanhas de comunicação no escopo de ações de gestão de riscos de desastres (GRD). Para isso, são analisados os sites das defesas civis de cinco estados brasileiros com a maior população idosa: São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Pará, visando identificar materiais de comunicação de riscos e, neles, a presença da população idosa como um dos públicos.

Emergência climática e o envelhecimento populacional

Os impactos das mudanças climáticas vêm sendo sentidos pelas sociedades em escala global, com implicações sociais, ambientais e econômicas. Segundo a ONU (2019), os desastres¹ relacionados ao clima afetaram mais de quatro bilhões de pessoas entre 2000 e 2019, gerando prejuízos que ultrapassam os US\$ 2 trilhões. No Brasil, o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais contabiliza cerca de 62 mil ocorrências entre 1991 e 2022, com destaque para enchentes, inundações, estiagens e movimentos de massa (Sedec, 2023).

Essas ocorrências afligem de forma desproporcional a população idosa, uma vez que parte desse grupo se encontra em situação de vulnerabilidade, seja associada às suas condições físicas (mobilidade reduzida), fatores sociais (isolamento), dependência medicamentosa, limitações cognitivas e barreiras no acesso à informação. Somado a isso, muitos idosos vivem em áreas periféricas, com infraestrutura e serviços públicos precários.

Apesar desse quadro, estudos apontam que os idosos também desempenham papel central na construção da resiliência comunitária. São detentores de memórias, experiências e saberes locais e vínculos sociais, o que pode favorecer uma rede de apoio a respostas comunitárias mais eficazes em situações de crise (Pinna et al., 2024). Reconhecer esse protagonismo é fundamental para superar a visão assistencialista e promover a dignidade humana na velhice, uma vez que a população idosa tem participação ativa na vida cotidiana de suas comunidades ou grupos familiares. No aspecto intergeracional, a população idosa costuma transmitir cultura, ajudando a manter uma identidade comunitária ao servir como mentora para pessoas mais jovens, oferecendo orientação e apoio emocional (Gerontology News, 2015).

Para este artigo, que traz resultados parciais do projeto *Envelhecimento na Emergência Climática*, selecionamos os estados, um de cada região do país, com maior concentração de pessoas idosas. Desta forma, para atingir o objetivo proposto, além da mensuração da presença desse grupo populacional nesses estados, foram levantadas as decretações de situação de anormalidade por desastres, cruzando os dados entre as plataformas Sidra – Sistema IBGE de Recuperação Automática e o Atlas Digital de Desastres do Brasil do S2iD – Sistema Integrado de Informações sobre Desastres. Assim, entrelaçamos o universo geral da população idosa, de mais de 17.820 milhões (60-69) e 14.292 milhões (70 ou mais), com as ocorrências de desastres no país, entre 1991 a 2023, com mais de 67 mil adversidades (Censo Demográfico; S2iD, 2025).

Ainda que grande parte da população idosa e as maiores incidências de desastres se concentrem no Sudeste e Sul do país, consideramos importante contemplar um estado por região, visando uma abordagem mais abrangente.

¹ Órgãos oficiais do Brasil utilizam a expressão “desastres naturais”, em contraste com uma parte da comunidade científica que busca desnaturalizar esses eventos, reconhecendo-os como resultado de uma combinação de diversos fatores. Assim, a tendência global é adotar o termo “desastre”, conforme delineado no Quadro de Ação de Sendai (UNISDR, 2015, p. 8).

Entre as regiões, o percentual de população idosa é de 12,2%, no Sudeste; 12,1% no Sul; 10,1%, no Nordeste; 8,9% no Centro-Oeste; e 7%, no Norte.

Quanto aos estados-alvo deste artigo, as estatísticas são as seguintes: São Paulo tem 4.266.063 (60-69a) e 3.384.505 (70+), o que corresponde a 17,2% de sua população; o Rio Grande do Sul tem 1.204.482 (60-69a) e 988.934 (70+), equivalente a 20,2% do total de habitantes; Bahia tem 1.153.753 (60-69a) e 1.005.526 (70+), ou 15,3% da população; Goiás, com 555.696 (60-69a) e 408.721 (70+), representando 13,7% de seus habitantes; e, por último, o Pará com 507.379 (60-69a) e 368.953 (70+), 10,8% de sua população total (Censo Demográfico, 2025).

Comunicação de riscos: conceito e modelos aplicáveis

A comunicação de riscos pode ser definida como um processo interativo de troca de informações entre especialistas, gestores, mídia e população sobre ameaças e incertezas. Inicialmente desenvolvida a partir dos anos 1980 no campo da saúde, a disciplina se expandiu para a gestão de riscos de desastres e atualmente é considerada um instrumento essencial na prevenção e resposta a eventos extremos (Sandman, Weinstein, Hallman, 1998).

Um dos conceitos mais validados de comunicação de riscos de desastres (CRD) foi desenvolvido pela pesquisadora brasileira Cilene Victor (2019), que propôs quatro modelos que se interconectam e, assim, conseguem presentificar uma comunicação integrada:

- **Intrainstitucional:** ocorre dentro das instituições públicas responsáveis pela gestão de riscos de desastres, como defesas civis;
- **Interinstitucional:** articula diversos setores, como saúde, educação, assistência social, para respostas integradas;
- **Midiático:** envolve os meios de comunicação tradicionais e digitais para ampla disseminação de informações e engajamento social;
- **Comunitário:** promove a escuta e o protagonismo das comunidades afetadas.

No caso da população idosa, comunicar riscos requer não apenas tradução da linguagem técnica, amplamente disseminada pelas defesas civis, mas considerar a sensibilidade aos modos de vida, as memórias afetivas, parte das experiências anteriores e as barreiras de acesso. Em outros termos, a comunicação de riscos de desastres voltada à população idosa deve ser bidirecional, culturalmente sensível e emocionalmente acessível.

O que comunicam as Defesas Civis estaduais

A análise das campanhas comunicacionais de cinco Defesas Civis estaduais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Pará, mostra a ausência de padronização e diretrizes comuns voltadas ao público idoso. De maneira geral,

tanto nos sites das defesas civis quanto em suas páginas nas redes sociais, predominam materiais ou peças comunicacionais com linguagem técnica voltadas a um público genérico ou a um público específico, com pouca atenção às especificidades cognitivas, sensoriais e culturais da população idosa.

Na Defesa Civil Estadual de São Paulo, observa-se a utilização de redes sociais como o principal canal com o público, como Facebook, YouTube e mensagens de alertas via WhatsApp, com peças audiovisuais, visuais e escritas bem produzidas, mas com linguagem técnica e pouca representação à população idosa, predominando entre os produtos comunicacionais o direcionamento para o público infantil, no caso de cartilhas.

No site da instituição², na área de publicações, há uma grande quantidade de peças comunicacionais, como manuais, cartilhas, jogos interativos, modelos de projetos, além de inúmeros decretos e resoluções de processos de aprendizado sobre prevenção, mitigação, preparação e resposta. Entretanto, não existe material específico destinado à população idosa, com linguagem acessível ou adaptável ao público, uma vez que os materiais são, na maioria, restritos à divulgação, educação ou a modelos de ofícios destinados aos agentes públicos.

Na mesma linha e ainda com proporção bem menor de materiais de comunicação, está a Defesa Civil Estadual do Rio Grande do Sul. Ainda que a frequência de eventos extremos tenha gerado um esforço maior em campanhas educativas, a defesa civil desse estado não tem peças comunicativas para o público idoso.

No site³, na área de comunicação, por exemplo, os principais materiais informativos são notícias jornalísticas sobre ações estratégicas nas regiões do estado, galerias de imagens de práticas de prevenção ou mitigação de desastres, vídeos hospedados tanto no site quanto em canal do YouTube e pelos podcasts, onde a maioria dos programas aborda previsão do tempo, com baixas ou altas temperaturas.

A escassez ou inexistência de material das defesas civis estaduais voltado à população idosa não é problema pontual em São Paulo ou Rio Grande do Sul. O mesmo é observado na Bahia, em Goiás e no Pará. Na defesa civil da Bahia, a página⁴ da Superintendência de Proteção e Defesa Civil informa o público sobre esse tema por meio de notícias sobre as ações daquele órgão, mas não há registro de peças comunicacionais, cartilhas ou manuais.

De forma parecida, o site⁵ da defesa civil de Goiás divulga recomendações topicalizadas dentro da aba de “Cuidados no período chuvoso” para “Comando de Operações de Defesa Civil” e medidas preventivas durante período chuvoso, “Raios e tempestades, como se proteger” e um link para “Cartilha sobre o período

² Site da Defesa Civil de São Paulo: <https://www.defesacivil.sp.gov.br/#>.

³ Site da Defesa Civil do Rio Grande do Sul: <https://defesacivil.rs.gov.br/inicial>.

⁴ Site da Superintendência de Proteção e Defesa Civil da Bahia: <https://www.ba.gov.br/defesacivil/>.

⁵ Site do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás: <https://www.bombeiros.go.gov.br/defesa-civil>.

chuvoso”, que não estava disponível no momento da produção deste artigo. No site⁶ da defesa civil do Pará, encontramos o Atlas de Perigos em Balneários e o Plano de Ações para Estiagem, Queimadas e Incêndios Florestais, ambos elaborados com linguagem técnica pelo Corpo de Bombeiros Militar do Pará e pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Esses dados analisados das páginas na internet das cinco defesas civis estaduais indicam uma lacuna significativa na comunicação de riscos e, mais especialmente, a ausência de diálogo com a população idosa. Na perspectiva dos modelos de comunicação de riscos de desastres propostos por Victor (2016), observamos na análise fragilidades nas ações do modelo intrainstitucional, mas também no comunitário, que prevê a comunicação entre as defesas civis e o público geral, particularmente nas comunidades mais expostas a riscos.

Apesar dessas limitações, as defesas civis procuram, mesmo que parcialmente, promover a divulgação de suas ações, tanto pelos meios de comunicação tradicionais quanto pelas mídias sociais. A análise dos sites revelou que há carência de campanhas com recursos de acessibilidade, com letra ampliada, contraste de cores, linguagem simples, áudio ou libras. Também não foram encontrados materiais voltados ao fortalecimento da autonomia dos idosos ou do seu papel como agentes da resiliência climática.

Reflexões e diretrizes propositivas

A análise dos sites das Defesas Civis de São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia, Goiás e Pará evidencia uma lacuna expressiva na comunicação de riscos voltada à população idosa. Em todos os casos investigados, verificou-se a ausência de materiais específicos que considerem as particularidades cognitivas, sensoriais e culturais desse público, bem como a escassez de recursos de acessibilidade digital nos canais oficiais.

As diretrizes propositivas que se seguem, portanto, partem da constatação dessa invisibilidade nos ambientes digitais institucionais e propõem alguns caminhos para integrar a comunicação de riscos às realidades da população idosa.

- **Incluir conteúdos específicos para pessoas idosas** nos sites e redes sociais, com linguagem clara, letra ampliada, contraste de cores e recursos como áudio e legendas;
- **Criar seções fixas** com orientações práticas e materiais educativos voltados à realidade da população idosa, estimulando o autocuidado e o preparo para desastres;

⁶ Site da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado do Pará: <https://www.bombeiros.pa.gov.br/category/publicacoes-da-cedec/>.

- **Valorizar o protagonismo da pessoa idosa** nos conteúdos publicados, com relatos e experiências que fortaleçam sua imagem como agente de resiliência;
- **Ampliar a função comunitária dos canais digitais**, com comunicação contínua e bidirecional, integrando os modelos intrainstitucional e comunitário da comunicação de riscos;
- A comunicação de riscos voltada à população idosa é um direito e uma necessidade ética diante das mudanças climáticas. Promover a participação ativa, reconhecer a sabedoria acumulada e garantir acessibilidade à informação são condições para uma sociedade mais justa, segura e resiliente.

Referências

CENSO DEMOGRÁFICO 2022: população, por grupos de idade. In: **IBGE**. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2025]. tab. 1209. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1209#notas-tabela>. Acesso em: 27 abr. 2025.

GERONTOLOGY NEWS. **Cullinane Tapped to Head Retirement Organization**. Member News, 2015, p. 3. GSA. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/VrRUyl>. Acesso em: 27 abr. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: número de pessoas com 65 anos ou mais de idade cresceu 57,4% em 12 anos. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PINNA, A. et al. Elderly people's health and climate change: a call to study their vulnerability and adaptation strategies. **Frontiers in Public Health**, v. 12, 2024. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/lhqwqy>. Acesso em: 27 abr. 2025.

S2iD – SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE DESASTRES. **Atlas Digital de Desastres no Brasil**. Disponível em: <https://atlasdigital.mdr.gov.br/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

SANDMAN, P. M.; WEINSTEIN N. D.; HALLMAN, W. K. Communications to reduce risk: underestimation and overestimation. In: **Risk Decision and Policy**. Review of a series of studies, most dealing with radon, that compares various techniques for communicating risk, 1998. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/BTn3Gn>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UNISDR – Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas. **Como construir cidades mais resilientes**: um guia para gestores

públicos locais. Genebra, Suíça, 2012. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/v3UI29>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UNISDR – Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas. **Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030**. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3DBuVKP>. Acesso em: 27 abr. 2025.

UNFPA – UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Decade of connection series: climate change**. New York: UNFPA, 2024. Disponível em: <https://www.unfpa.org/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

ONU – UNITED NATIONS. **Peace, dignity and equality on a healthy planet**. Global Issues, Ageing, 2019. Disponível em: <https://ebbs.short.gy/aZ5X4k>. Acesso em: 27 abr. 2025.

VICTOR, C. Crise humanitária e os refugiados da guerra e do clima: dos protocolos internacionais às narrativas jornalísticas. **Líbero**, Faculdade Cásper Líbero, v.19, p. 45-62, 2016.

Data de recebimento: 30/08/2025; Data de aceite: 15/09/2025

Nilthon Fernandes - Doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduados em Comunicação e Semiótica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com especialização em Gestão Estratégica em Comunicação Organizacional e Relações Públicas e em Divulgação Científica, ambas pela ECA-USP. E-mail: nilthonfernandes@gmail.com.